

Concessões: decisão em favor da competitividade

LIMA, Ricardo de. "Concessões: decisão em favor da competitividade". CanalEnergia. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2009.

A proximidade do vencimento das concessões de cerca de 20% das usinas em operação é uma das principais preocupações do setor elétrico neste momento. Governo e agentes setoriais vêm discutindo qual seria o melhor formato possível para garantir a continuidade do serviço em condições adequadas. As opções incluem a renovação ou prorrogação das concessões ou ainda a relicitação das usinas. Neste momento, tudo indica que se optará pela prorrogação das concessões das plantas.

Pouco se fala, no entanto, em um dos pontos mais importantes desse processo, que é o destino a ser dado à energia dessas usinas. Afinal, são hidrelétricas construídas, em alguns casos, há mais de 50 anos, cujos investimentos já foram totalmente amortizados. Desse modo, seu custo é mínimo, correspondendo basicamente aos gastos de operação e manutenção das usinas.

As regras e procedimentos para a recontração dessa energia precisam ser estabelecidos de forma concomitante com as regras de uma eventual prorrogação das concessões. Nesse processo, é importante lembrar que, no passado, tanto consumidores cativos como os que hoje são livres pagaram por esses ativos via tarifas de energia. Não faz sentido, portanto, que a energia dessas usinas seja destinada apenas às distribuidoras: o mais justo é que ela seja disponibilizada em condições isonômicas aos dois segmentos do mercado.

Essa distribuição permitiria que os benefícios dos custos mais baixos da energia pudessem ser aproveitados em favor da modicidade tarifária de todo o mercado e da competitividade da economia brasileira.

Algumas vertentes do setor elétrico defendem que, para continuar detentores das concessões, os empreendedores tenham de pagar determinado montante ao poder concedente. Esse ponto é questionável, porque pode fazer com que empreendedores comprometam sua capacidade de investir em novos projetos, ameaçando a expansão do setor. De qualquer forma, caso se opte por essa sistemática, é fundamental que tais recursos sejam destinados – em sua totalidade – ao setor elétrico. Uma das melhores formas de isso ser feito é por meio do abatimento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e do Encargo de Serviço do Sistema pagos pela carga, o que permitiria a redução dos custos de todos os consumidores.

A adoção dessas medidas no âmbito da prorrogação das concessões do setor

representaria o aproveitamento de uma oportunidade ímpar de correção do rumo. Hoje os consumidores livres praticamente não encontram energia para contratar e não há sinal de melhora nessa perspectiva nos próximos anos. A pouca energia que há disponível – inclusive de novas usinas – é ofertada a preços que tornam inviável sua contratação. Isso tem comprometido, inclusive, a expansão da indústria, por falta de energia para contratar.

A questão torna-se ainda mais séria por conta do momento de crise econômica que ainda vivemos hoje. Nesta situação em que a indústria brasileira se esforça de todas as maneiras para recuperar sua fatia no mercado e retomar sua presença global, a garantia de energia em condições mais competitivas é ainda mais urgente: é preciso aproveitar todas as oportunidades para contribuir na retomada da nossa indústria e do crescimento econômico do país.

Ricardo Lima é presidente-executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres